

1 ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO
2 PARAÍBA DO SUL – CBH-MPS, realizada no dia 30 de janeiro de 2017 (segunda-feira), com
3 início às 9:30h e término previsto para 13:30h, na Faculdade de Tecnologia da Universidade do
4 Estado do Rio de Janeiro - UERJ, situada à Rodovia Presidente Dutra, Km 298 (sentido Rio -São
5 Paulo), s/n - Pólo Industrial, Resende – RJ, com a presença de 31 membros do Comitê da Bacia
6 Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul e 21 convidados (conforme relação de presença no final
7 desta ata). Teve início a reunião presidida pela Vice-presidente do CBH-MPS Sra. Vera Lúcia
8 Teixeira (APEDEMA-RJ) com a seguinte ordem do dia: **1. Abertura; 2. Aprovação da ata da**
9 **24ª Reunião Plenária Ordinária; 3. Apresentação do relatório de atividades com prestação**
10 **de contas do ano anterior e do plano de atividades para o ano vigente; 4. Andamento das**
11 **atividades estabelecidas no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado entre a**
12 **Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e a**
13 **Servatis S.A. visando a adequação ambiental dos processos operacionais e a adoção de**
14 **medidas compensatórias aos danos causados pelo vazamento de endosulfan em um**
15 **descarregamento da empresa Servatis S.A. em 2008; 5. Apresentação da Comissão de**
16 **Representação em Defesa do Rio Paraíba do Sul – Alerj; 6. Processo Eleitoral 2017-2021 -**
17 **situação das inscrições; 7. Situação dos recursos do FUNDRHI; 8. Assuntos Gerais; 9.**
18 **Encerramento. Item 1. Abertura;** A Sra. Vera Lúcia Teixeira (APEDEMA-RJ) deu início à
19 reunião convidando os membros do Diretório para compor a mesa. Convidou ainda os anfitriões
20 Jacques Dias (Diretor da Faculdade de Tecnologia da UERJ) e Professora Carin von Mühlen, o
21 Deputado Estadual Dr. Julianelli, o Diretor Presidente da AGEVAP, André Marques e o
22 Secretário de Meio Ambiente de Rio Claro, Cid Magalhães. Solicitou ainda a inclusão de dois
23 itens de pauta, uma Resolução sobre a disponibilização dos recursos do Comitê Médio Paraíba
24 do Sul para custeio da AGEVAP em situação extrema e em caráter emergencial e uma moção
25 em apoio à UERJ solicitada pelo Diretor Jacques. Todos os presentes concordaram com a
26 inclusão dos itens. Passou a palavra ao Diretor Jacques, que deu as boas vindas a todos, falou
27 do trabalho da UERJ junto ao Comitê, agora através da Professora Carin, dos projetos
28 desenvolvidos por eles e sobre a situação que todos vêm acompanhando que a Universidade
29 está enfrentando. Disse que esta reunião é uma forma de envolver a sociedade nessa situação e
30 que sabe que tem pessoas ativas e lideranças em suas áreas de atuação. Disse que também
31 quer receber reuniões como essa em momentos positivos. A crise toca a UERJ principalmente
32 em parcelamento de salários e atrasos, afeta as terceirizadas, gerando consequência ruins.
33 Agradeceu o apoio do plenário em aceitar elaborar uma moção de apoio à UERJ. Ele falou que a
34 Unidade tem crescido, que além do curso de Engenharia de Produção, tem agora Engenharia
35 Química e Mecânica. Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente, com possibilidade de
36 Doutorado em Resende. E ainda o Projeto Centro das Águas, aos cuidados da Profª Carin. A



37 Professora Carin convidou a todos a conhecerem os laboratórios da Faculdade. o Dr. Julianelli
38 cumprimentou a todos e falou da Comissão do Rio Paraíba do Sul dentro da ALERJ, com 7
39 Deputados, representando as regiões do Estado. Disse que não pretendem produzir decisões
40 técnicas e sim apoio político. Eles pretendem integrar com os Comitês e técnicos, através de
41 parcerias. Se colocou à disposição do Comitê através da Comissão. **Item 2. Aprovação da ata**
42 **da 24ª Reunião Plenária Ordinária;** A Sra. Vera (APEDEMA-RJ) perguntou se alguém tinha
43 alguma coisa a ponderar na ata e como ninguém teve nenhuma consideração, a ata foi
44 aprovada. **Item 3. Aprovação da Resolução sobre a disponibilização dos recursos do**
45 **Comitê Médio Paraíba do Sul para custeio da AGEVAP em situação extrema e em caráter**
46 **emergencial;** A Sra. Roberta (AGEVAP) explicou que já existia a Resolução CBH-MPS Nº
47 53/2016 aprovando essa situação e que a prorrogação da mesma vinha sendo feita por carta.
48 Porém, a mesma apenas autorizava a utilização de 25% do recurso total previsto e, com a falta
49 de repasse de recursos pelo Estado, provavelmente a AGEVAP necessitará utilizar mais que os
50 25%. Portanto é necessário fazer uma nova Resolução, autorizando a utilizar o valor total
51 disponibilizado pelo Comitê. Todos concordaram e a resolução foi aprovada. O Sr. José
52 Arimathéa falou que é importante fazer um histórico devido à presença dos convidados,
53 principalmente do Deputado Dr. Julianelli. Falou sobre a gestão dos recursos financeiros, que a
54 lei diz que o recurso é exclusivo para a gestão dos recursos hídricos e que a AGEVAP faz a
55 gestão para o Comitê. Que com a situação do Estado, eles não estão repassando os recursos e
56 com os arrestos os recursos da gestão de recursos hídricos também foram arrestados. Isso
57 inviabilizaria as atividades da AGEVAP, por isso os Comitês decidiram "emprestar" este recurso
58 para custeio da AGEVAP para viabilizar o funcionamento do sistema como um todo. A Sra. Vera
59 falou que o Comitê encaminhou uma carta ao Ministério Público em relação aos impactos
60 sofridos pelo Comitê com a falta de repasse. A Sra. Daniele (IFRJ) solicitou que para a próxima
61 plenária seja elaborada uma prestação de contas sobre o recurso do Comitê liberado para
62 custeio da AGEVAP. **Item 4. Moção em apoio à UERJ;** A Sra. Vera (APEDEMA-RJ) disse que o
63 Sr. Jacques (UERJ) solicitou apoio do Comitê em relação à situação que a instituição vem
64 enfrentando. Perguntou se o plenário concordava com a elaboração da moção. Todos foram a
65 favor. **Item 5. Apresentação do relatório de atividades com prestação de contas do ano**
66 **anterior e do plano de atividades para o ano vigente;** A Sra. Roberta (AGEVAP) e o Sr.
67 Leonardo (AGEVAP) fizeram a apresentação do relatório de atividades com prestação de contas
68 do ano anterior e do plano de atividades para o ano vigente, onde foram aprovados como metas
69 para 2017 os seguintes itens: Realizar o curso de Capacitação: "Ações de Comunicação
70 Integrada no contexto dos comitês de bacia hidrográfica"; Dar continuidade à contratação do
71 Projeto "Cílios do Paraíba"; Lançamento do atlas; Atualização do PAP (devido ao reajuste do
72 PPU); Realizar o II Simpósio Água Boa; Realizar o Seminário sobre Biodiversidade (27/06/17)



73 Propor a harmonização da metodologia da cobrança com a aprovada pelo CEIVAP; Abrir II
74 Concurso de Projetos de Boas Práticas Ambientais. Para o concurso de projetos de boas
75 práticas ambientais foi definido pelo plenário que para este ano o Regulamento terá duas
76 categorias: "propostas de projetos" e "Projetos executados ou em execução", sendo que para o
77 primeiro incluiria a participação de pessoa física e como para pessoa física não pode fazer
78 doação de bem permanente, o prêmio será a participação no ECOB 2017 e o segundo o prêmio
79 será um notebook. E se entrar recurso foi definido que o comitê também fará: Reabertura do
80 Edital de Esgotamento Sanitário; Curso "Gestão Municipal de Recursos Hídricos"; Abrir novo
81 edital projeto "Cílios do Paraíba"; Abrir edital de recuperação de nascentes; Plano de
82 Comunicação Social do CBH-MPS; Abrir novo edital de auxílio à pesquisa; Elaborar Plano de
83 Recursos Hídricos da Região Hidrográfica III. Quando falou do item de estudo de vazão
84 ecológica, que não foi elaborado o estudo, a Daniele (IFRJ) justificou que a Câmara Técnica não
85 teve clareza do que o Diretório queria com esta determinação, qual era o objetivo. A Sra. Vera
86 (APEDEMA-RJ) explicou que foi devido à uma denúncia do reservatório de Tócos. Que o Comitê
87 precisa saber qual a vazão que deve ter nos rios e discutir o enquadramento. A Sra. Daniele
88 falou que essa demanda deve ser direcionada ao Escritório de Projetos, para fazer um
89 levantamento bibliográfico e levantar os estudos existentes. **Item 6. Andamento das atividades**
90 **estabelecidas no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado entre a Secretaria de**
91 **Estado do Ambiente (SEA), o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e a Servatis S.A.**
92 **visando a adequação ambiental dos processos operacionais e a adoção de medidas**
93 **compensatórias aos danos causados pelo vazamento de endosulfan em um**
94 **descarregamento da empresa Servatis S.A. em 2008;** A Sra. Vera (APEDEMA-RJ) falou que
95 o Comitê tem realizado um levantamento dos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs)
96 celebrados em sua área de atuação e que a intenção é chamar os envolvidos para falar sobre o
97 andamento dos mesmos. Falou que convidou a SEA, Servatis e Ministério Público e que este
98 último justificou a ausência, pois tinha outros compromissos. Convidou a representante da SEA,
99 Maria Helena Chianca, para fazer sua apresentação. Ela disse que faz o acompanhamento geral
100 dos TACs, mas que existem os Coordenadores Técnicos, que faz as vistorias e acompanha os
101 detalhes, e que o Coordenador Técnico está de férias. De uma maneira geral ela informou que
102 todas as ações previstas no TAC foram ou estão sendo executadas dentro do prazo. Porém a
103 empresa solicitou prorrogação de prazo do TAC que está em análise pelo INEA. A Sra. Maria
104 Helena falou que é a pessoa responsável por todos os TACs e que pode passar para o Comitês
105 uma lista com todos os da Região. A Sra. Vera agradeceu e convidou o representante da
106 Servatis para proceder sua apresentação. O Sr. Carlito Marques de Almeida, agradeceu o
107 convite e iniciou a apresentação com uma apresentação geral da empresa. Informou que a
108 Servatis realizou a soltura de 25.000 alevinos em 2010; realiza tratamento de esgoto dos bairros

l09 Parque Embaixador, Fazenda da Barra II e Campo Belo, com volume tratado de 624.988.503
l10 litros, custo do tratamento de R\$ 5.191.421,00 e 3500 pessoas com cobertura de tratamento =
l11 875 ligações. Disse que a Servatis presta contas ao INEA e ao Ministério Público regularmente e
l12 vem cumprindo o TAC conforme combinado. **Item 7. Apresentação da Comissão de**
l13 **Representação em Defesa do Rio Paraíba do Sul – Alerj;** Como o Deputado Estadual Dr.
l14 Julianelli falou na abertura da reunião apresentando a intenção da Comissão de Representação
l15 em Defesa do Rio Paraíba do Sul – Alerj, ele se absteve de falar nesta pauta. **Item 8. Processo**
l16 **Eleitoral 2017-2021 - situação das inscrições;** A Sra. Vera falou que estão abertas as
l17 inscrições para o Processo Eleitoral do Comitê Médio Paraíba do Sul e que as inscrições foram
l18 prorrogadas. A Sra. Roberta (AGEVAP) informou os novos prazos do calendário e a situação
l19 das inscrições. Destacou que conforme edital é necessário entregar no Comitê ou enviar pelo
l20 correio os documentos originais. **Item 9. Situação dos recursos do FUNDRHI;** O Sr. André
l21 (AGEVAP) falou que no início de 2016 a AGEVAP se reuniu com os Comitês afluentes do
l22 Estado do Rio de Janeiro para informar a situação que se aproximava, que em determinado
l23 momento, sem o repasse do Estado, a AGEVAP iria parar suas atividades. Foi então que os
l24 comitês se uniram para garantir a continuidade do sistema de deliberaram recurso de projeto
l25 para custeio da entidade delegatária. A AGEVAP fez várias reuniões com os órgãos gestores, e
l26 da última vez foi chamado pelo Ministério Público Estadual, que começou a se movimentar
l27 através do grupo ambiental chamado GAEMA, pra tentar não deixar o governo do Estado pegar
l28 este recurso. O Ministério Público através deste grupo entrou com uma ação civil pública, que
l29 determina que o Estado se abstenha de destinar o recurso a qualquer outro fim ou contingenciar;
l30 que libere o recurso e apresente cronograma; e que no prazo de sete dias informe a modalidade
l31 de prestação de contas, informando órgãos, critérios e servidores responsáveis pelas decisões
l32 orçamentárias e financeiras adotadas. O Sr. André disse que o juiz pronunciou no dia 27/01/17
l33 que deverá haver uma reunião conciliatória em fevereiro. Disse ainda que este ano é crucial
l34 para a gestão dos recursos hídricos, pois se não voltar a ter repasse de recurso esse ano acaba
l35 o que os Comitês destinaram e é a falência da gestão no Estado do Rio de Janeiro. **Item 10.**
l36 **Assuntos Gerais;** A Sra. Vera (APEDEMA-RJ) falou que o Processo Eleitoral do CEIVAP
l37 deverá ser aberto em breve. Mas que a comissão está tentando prorrogar os prazos, tendo em
l38 vista que alguns comitês estaduais (RJ) estão passando por processo eleitoral. A Sra. Livia
l39 (INEA) disse ainda que outro ponto levantado é que a participação dos municípios nos comitês
l40 têm sido bem pequena e que a direção tinha se comprometido a criar uma carta de boas vindas,
l41 fazer reuniões com os municípios, mobilizá-los. Portanto eles estão tentando prorrogar o prazo
l42 desta composição pra conseguir esta mobilização. São Paulo não é a favor. Eles estão
l43 aguardando a decisão da Diretoria do CEIVAP. A Sra. Vera disse que se não conseguirem
l44 talvez seja necessário convocar uma reunião extraordinária para decidir quem serão os

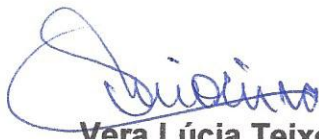


145 indicados ao Fórum do CEIVAP. A Sra. Vera falou que foi pedido pela plenária enviar carta ao
146 Ministério Público solicitando maiores esclarecimentos sobre a PCH Santa Rosa I. Ela pediu
147 para a Sra. Roberta informar sobre a resposta. O Ministério público respondeu que sustenta a
148 ilegalidade das licenças/autorizações concedidas pelos órgãos públicos e que se posicionou
149 contrário à homologação do TAC. Ressaltaram que existem duas ações pendentes de decisão
150 judicial, estando os autos na mão do juiz, assim sendo, encaminharam a carta do Comitê ao
151 Juízo, a fim de que sirva como prova documental nas duas ações. Portanto, agora é só
152 aguardar. O Sr. Luis Eduardo (P. M. Paraíba do Sul) agradeceu a presença do Secretário de
153 meio Ambiente de Paraíba do Sul na reunião. Levantou a questão que a Ive enviou por e-mail a
154 todos os membros, que é a falta de recurso que o segmento "poder público" tem enfrentado para
155 participar das reuniões, que foi a justificativa dela de ausência na plenária. Ela solicitou verificar
156 se o comitê pode fornecer ajuda de custo. Para isso é necessário modificar a Resolução de
157 diária, ajuda de custo e reembolso neste quesito, pois ela só permite pagar ajuda de custo aos
158 membros da sociedade civil. Foi solicitado realizar uma consulta à assessoria jurídica da
159 AGEVAP para verificar se há algum impedimento em conceder ajuda de custo ao segmento
160 poder público para participar das reuniões do Comitê. O Sr. Luis Eduardo pediu ainda, apoio do
161 Escritório de Projetos na divulgação de editais (quando forem abertos) que forem destinados aos
162 municípios. A Sra. Vera falou que o Comitê está sempre divulgando por e-mail, nas plenárias e
163 publicando no site os editais, inclusive lançou na última plenária o modelo de projeto NasceRio.
164 O Sr. Luis Eduardo disse que não pôde ir na última plenária e que não entra muito no site, por
165 isso não tem conhecimento. A Sra. Livia Soalheiro sugeriu ao Comitê enviar uma carta aos
166 municípios informando sobre o projeto NasceRio, dizendo que está disponível no site. A Sra.
167 Daniele sugeriu agendar uma reunião com os gestores municipais para apresentar os projetos
168 do Comitê. A Sra. Vera disse que o Comitê costuma fazer isso e que vai ver uma data para esta
169 reunião. O Sr. Luis Eduardo, por último, fez uma crítica ao projeto "Água do Rio das Flores",
170 visto que o Comitê não foi consultado sobre o mesmo, apenas foi convidado para o lançamento.
171 Ele sugeriu fazer uma nota de repúdio. Ele disse que a figura do Comitê não pode ser
172 desprezada no momento em que o executivo resolve tomar alguma decisão relacionada a
173 recurso hídrico. A Sra. Vera informou que manifestou a insatisfação do Comitê com esta
174 situação. Foi definido que o Comitê irá cobrar resposta da carta enviada e convidar o
175 responsável pelo projeto para realizar uma apresentação para conhecimento do plenário. A Sra.
176 Denise (Vale Verdejante) falou do projeto da instituição de reflorestamento, disse que estão com
177 uma campanha de "vaquinha virtual" à partir de R\$ 10,00, que quem quiser contribuir e convidou
178 a todos para visitar a página da instituição. O Sr. José Arimathéa falou sobre a apresentação da
179 Servatis, que não atingiu o objetivo e sugeriu que o Comitê aceite a proposta da Maria Helena
180 (INEA) de convidar o técnico do INEA responsável pelo acompanhamento do TAC para fazer



uma apresentação mais detalhada ao Comitê. A Sra. Daniela (P. M. Volta Redonda) convidou a todos a participar da IV Conferência de Meio Ambiente de Volta Redonda que terá como tema "Recursos Hídricos". A Conferência será no dia 18/02/2017, na UGB. Ela se comprometeu a enviar a programação por e-mail. O Sr. Luis Felipe Cesar (Assessor do Deputado Julianelli) mencionou a situação dos guarda-parques do Estado do Rio de Janeiro, pois todos estão prestes a serem demitidos, tendo em vista que foram contratados por meio de um contrato temporário que iria até novembro/2017, mas que a legislação que permitia a contratação foi derrubada por um juiz e eles devem sair em abril. O Estado vai fazer um contrato com uma Organização Social para suprir o serviço dos guarda-parques. Na primeira licitação não teve nenhuma empresa interessada. Ele falou da importância deste cargo para os parques e ligação com os recursos hídricos. Sugeriu então que o Comitê se manifeste apoiando a manutenção do cargo guarda-parques até que o contrato com a Organização Social seja assinado para que eles continuem. A Sra. Livia (INEA) disse que essa é uma preocupação do INEA também, que eles estão tentando encontrar uma solução. Eles também não querem perdê-los, mas é um problema complexo, pois tem recomendação de tribunal de contas e não pode prorrogar o contrato. Que uma moção de apoio do Comitê é importante, mas não vai resolver o problema. O Sr. Leonardo (AGEVAP) falou do II Concurso de Projetos de Boas Práticas Ambientais, que tendo em vista que foi aprovada a ideia do Regulamento na plenária, ele será lançado provavelmente meados de fevereiro, para todos se planejarem para participar. A Professora Carin convidou a todos para visitarem os laboratórios da UERJ. **Item 11. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião pela Vice-presidente do Comitê da Bacia da Região Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul, tendo a presente Ata sido lavrada por mim, Roberta Abreu, Coordenadora de Núcleo Interina da AGEVAP UD1 e, depois de aprovada, foi assinada pela Sra. Vera Lúcia Teixeira (APEDEMA-RJ).

Resende, 30 de janeiro de 2017.


Vera Lúcia Teixeira
Vice-Presidente

Encaminhamentos: 1- Elaborar uma moção de apoio à UERJ. 2- Apresentar na próxima plenária uma prestação de contas sobre o recurso do Comitê liberado para custeio da AGEVAP. 3- Escritório de Projetos fazer levantamento bibliográfico e de estudos existentes em relação à vazão ecológica 4- Elaborar carta à Maria Helena Chianca solicitando lista de todos os TACs da Região de atuação do Comitê MPS. 5- Realizar uma consulta à assessoria jurídica

da AGEVAP para verificar se há algum impedimento em conceder ajuda de custo ao segmento poder público para participar das reuniões do Comitê. 6- Enviar uma carta aos municípios informando sobre o projeto NasceRio. 7- Realizar uma reunião com os gestores municipais para apresentar a gestão de recursos hídricos e os projetos desenvolvidos pelo comitê. 8- Enviar uma carta à SEA questionando a não consulta ao Comitê sobre o projeto "Água do Rio das Flores" e convidar o responsável pelo projeto para realizar uma apresentação na plenária. 9- Convidar o técnico do INEA responsável pelo acompanhamento do TAC com a Servatis para fazer uma apresentação mais detalhada ao Comitê. 10- Elaborar uma moção de apoio à manutenção dos guardas-parques até a contratação da Organização Social.

Lista de Presença:

Membros representantes do Poder Público: Raimundo de Sá e Souza (P. M. Pinheiral), Sérgio Alves (SEA), Daniela Vidal Vasconcelos (P.M. Volta Redonda), Douglas Muniz de Souza (P. M. Barra Mansa), Wilson O. R. Moura (P. M. Resende), Cláudio Cotia Barreto, (P.M. Resende), Mário Luiz Dias Amaro (P. M. Piraí), Edna Andrade de Azevedo (P. M. Quatis), Dejair de Carvalho (P. M. Quatis), Luís Eduardo Amorim Ramos (P. M. Paraíba do Sul), Vagner Luiz Cunha (P. M. Valença), Ana Raquel da Cunha Ferreira (P. M. Barra do Piraí), Evandro da Silva Batista (P. M. Rio Claro), Danilo Alves Pereira (P. M. Vassouras) e Raquel de Oliveira (P. M. Vassouras).

Membros representantes dos Usuários: Walter Souza Portes (AEASUF), Antônio Carlos Simões (CSN), José Carlos Peres (Indústrias Nucleares do Brasil), Thiago Guedes de Freitas (Água das Agulhas Negras), Alexandre Nascimento da Silveira (LIGHT) e Jardel Souza de Azevedo (SAAE – BM).

Membros representantes da Sociedade Civil: Vera Lúcia Teixeira (APEDEMA-RJ), Vera de Fátima Martins (ACAMPAR-RJ), Markus S. W. Budzynkz (ADEFIMPA-RJ-RJ), Denise Thomé da Silva (Vale Verdejante), Eduardo Roberto Vagner (Vale Verdejante), Maria do Carmo Silva (O Nosso Vale! A Nossa Vida.), Ana Carolina Callegario Pereira (UniFOA), Daniele Gonçalves Nunes (IFRJ), Carin von Mühlen (UERJ) e Délio Guerra Filho (Cúria Diocesana).

Ausência justificada: Ive Santos Muzitano (FIPERJ), Cláudia Vilella L. Pinto (OAB), Maria Elizabete Costa e José Arruda Silva (CEDAE).

Convidados: Jacques Fernandes Dias (UERJ), Livia Soalheiro (SEA), Maria Helena Chianca (INEA), Yurhii Budzynkz (ACAMPAR-RJ), Nelson José Jr (UERJ), Carlito Almeida (Servatis), Guilherme (Servatis), Denilson Sampaio (HGL), José Arimathéa Oliveira (IFRJ), Cid Magalhães (PM Rio Claro), André Marques (AGEVAP), Aline Turque (PEPS/INEA), José Carlos Gomes (PEPS/INEA), Glaucio Julianelli (ALERJ), Rafael de Oliveira Moura (UERJ), Wolney de Jesus

253 Jardim (UERJ), Luis Felipe Cesar, Thaís (AEASUF), Cláudio Teixeira (Secretaria de Meio
254 Ambiente de Paraíba do Sul), Fábio Luis Nogueira (SEMADER Pinheiral), Rhayanna
255 Gonçalves (SEMADER Pinheiral).

